

A Importância da Discussão de Gênero na Escola

La Importancia de la discusión del Género en la Escuela

The Importance of Gender Discussion in School

Riteli Pires da Silva

Geógrafa pela Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) - Campus de Francisco Beltrão. E-mail: ritytps@live.com

Recebido: 05 de julho de 2017 Aceito: 24 de março de 2018
Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

Resumo: Este artigo consiste em uma breve reflexão sobre as relações de gênero, sobretudo no ambiente escolar. Para tanto buscamos verificar a importância desse tema por meio de análises bibliográficas. Ainda, procuramos averiguar no Plano Nacional de Educação (2014-2024) e Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica (1998) - legislações específicas que compõem a base curricular da Educação – se abordam as relações de gênero, uma vez que essas orientam o currículo escolar. Nesse sentido, vale destacar que pautamos a presente pesquisa em bases bibliográficas e/ou documental. Discutimos, também, os comportamentos determinados aos sexos feminino e masculino como parte integrante da construção dos padrões de gênero e como a escola pode naturalizar ou desconstruir esses paradigmas a partir de práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Relação de gênero; Educação Escolar; Documentos Educacionais Oficiais.

Resumen: Este artículo consiste en una breve reflexión sobre las relaciones de género, sobre todo en el ambiente escolar. Para ello buscamos verificar la importancia de este tema por medio de análisis bibliográficos. Procuramos averiguar en el Plano Nacional de Educación (2014-2024) y Parametros Curriculares Nacionales de Educación Básica (1998) - legislaciones específicas que componen la base curricular de la Educación - se abordan las relaciones de género, una vez que esas orientan el currículo escolar. En ese sentido, vale destacar que pautamos la presente investigación en bases bibliográficas y/o documental. Discutimos, también, los comportamientos determinados a los sexos femenino y masculino como parte integrante de la construcción de los patrones de género y cómo la escuela puede naturalizar o desconstruir esos paradigmas a partir de las prácticas pedagógicas.

Palabras clave: Relación de género; Educación escolar; Documentos Educacionales Oficiales.

Abstract: This article consists of a brief reflection on gender relations, especially in the school environment. For this, we seek to verify the importance of this topic through bibliographic analyzes. Also, we seek to find out in the National Education Plan (2014-2024) and the National Curricular Parameters of Basic Education (1998) that gender relations are addressed, since they guide the school curriculum. In this sense, it is worth noting that we have guided this research in bibliographical and/or documentary bases. We also discuss the behaviors determined for the female and male as an integral part of the construction of gender patterns and how the school can naturalize or deconstruct these paradigms from pedagogical practices.

Key words: Gender relations; Schooling; Official Educational Documents.

Introdução

Este artigo visa abordar a problemática das relações de gênero no ambiente escolar, questão essa que está implícita nas relações sociais, que muitas vezes reafirmam as desigualdades entre o sexo masculino e feminino. Apesar dos inúmeros avanços e transformações pelas quais a sociedade vem passando nas últimas décadas, essas desigualdades permanecem nítidas. As relações entre mulheres e homens ainda mantêm uma grande assimetria e se manifestam também no interior da escola que por sua vez pode contribuir para manutenção dos sistemas de pensamento e atitudes sexistas, que foram

historicamente construídos e mantêm as mulheres marginalizadas e hierarquicamente submetidas a padrões masculinos, ou se trabalhados esse tema na escola de modo crítico pode provocar reflexões e desconstrução dos papéis de gênero.

A partir dessa pesquisa, ou desse ensaio reflexivo acerca de um tema tão importante, buscamos refletir sobre a importância da discussão das relações de gênero no ambiente escolar e discutir como as práticas pedagógicas desenvolvidas nesse espaço podem contribuir para a não naturalização dos padrões determinados aos sexos.

Nessa direção organizamos este artigo em três subtítulos: no primeiro realizamos uma breve reflexão sobre o conceito de gênero. No segundo expusemos e discutimos acerca da forma como o tema é tratado no Plano Nacional de Educação (2014-2024) e Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica (1998) - legislações específicas da Educação -, além disso, realizamos uma breve análise referente à importância da escola para a discussão desse tema a partir da visão de autores como Auad (2006), Bento (2008), Gonçalves (2006), Lins *et al.* (2016), Louro *et al.* (1997), Vianna e Ridenti (1998). Por fim, procuramos a partir do embasamento teórico, refletir sobre a contribuição desse debate no âmbito escolar para a construção de uma sociedade mais igualitária entre os sexos masculino e feminino.

Rosa ou Azul: Padrões de Gênero

Há algumas décadas o conceito de gênero vem sendo confundido com o de homoafetividade. Diante dessa falta de clareza faz-se necessária discussões acerca dessa temática o que, no entanto, acabam sendo neutras nas escolas reforçando conceitos errôneos.

Nesse sentido é importante entender o significado da palavra, “gênero” do Latim *genus* significa “nascimento”, “família”, “tipo”. De acordo com Gonçalves (2006), somente a partir do século XV o termo passou a ser utilizado para indicar a separação do sexo masculino com o feminino. Esse conceito de gênero vai ser desenvolvido durante as manifestações do feminismo contemporâneo sob a perspectiva de compreender e responder dentro de parâmetros científicos a situação de desigualdade entre os sexos. Vianna e Ridenti (1998, p. 96), afirmam que:

Em nossa sociedade, as desigualdades entre homens e mulheres são fortemente atribuídas às distinções de sexo, com evidentes conotações biológicas. Assim, sexo remete às diferenças físicas entre homens e mulheres. Todos nascemos com algumas características que são específicas para homens e para mulheres: um exemplo é a capacidade das mulheres de procriar e amamentar. Muitas vezes essas características distintas são usadas pelos indivíduos na construção de um conjunto de representações sociais e culturais, valores e atribuições sociais. Isso é o que chamamos de gênero.

Nota-se que gênero é entendido como uma construção social, criada pela família a partir do nascimento. Essas bases biológicas são interpretadas e usadas pelos pais e familiares para influenciar e determinar comportamentos da criança, enfatizando nos moldes de um gênero específico: masculino ou feminino.

[...] gênero começou a ser utilizado como uma maneira de se referir à organização social entre os sexos, de insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseada sobre o corpo, e de destacar o caráter relacional das distinções normativas de feminilidade e da masculinidade, isto é, mulheres e homens passam a ser definidos em termos recíprocos. Gênero remete, portanto, a uma tentativa de incorporar, na análise, aspectos que são socialmente construídos, observando que cada cultura define o que é masculino e feminino. Ou seja, trata-se de definições

mutáveis, que podem e, por vezes, devem ser alteradas. (VIANNA e RIDENTI, 1998, p. 97).

Diante do debate sobre o tema e dialogando com estudiosos como Viana e Ridenti (1998) e Gonçalves (2006), compreendemos que os padrões (feminino e masculino) são oriundos de representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos. Por ser uma construção cultural, a visão acerca dos comportamentos dos sexos vai sendo modificada ao longo dos anos. O que entendemos por gênero atualmente é diferente do que se entendia a cinquenta anos atrás, ou o que se entende no Brasil, em uma sociedade islâmica, por exemplo, as relações entre o sexo feminino e masculino é distinta, ou seja, gênero está relacionado às relações culturais e sociais de cada sociedade.

Desde muito cedo convivemos com uma sociedade que impõe padrões em tudo, determinadas roupas, cores, cortes de cabelo, que “rotula” o sujeito, que por sua vez, pode ser identificado como roqueiro por gostar de usar preto, lésbica por possuir cabelo curto, caipira por não combinar as roupas, gay por usar roupas justas e assim sucessivamente. Quando falamos de gênero, não é diferente, os padrões que consideramos “normais” para o comportamento feminino e masculino também são construídos socialmente ao longo da vida dos indivíduos. Louro et al. (1997, p. 41) argumentam que:

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas).

Desde que o bebê está no ventre da mãe, já começamos padronizá-lo. Se for menina, o quarto deve ser decorado com ursinhos e bonecas, as roupas em sua grande maioria são na cor rosa. Ao crescer, a adolescente recebe orientações para não usar vestimentas curtas em ambiente público, não beijar muitos meninos, não voltar tarde para a casa, pois não é “coisa de menina de família e mulher tem que se dar o respeito”. Se for menino, o quarto é decorado com carrinhos e robôs, as roupas são na cor azul. Recebe orientações para não chorar, nem se inscrever no ballet, “por que isso é coisa de mulher, menino deve jogar futebol ou lutar karatê”. Através dessas práticas, construímos um espaço privilegiado para o “aprendizado da separação” (AUAD, 2006) que padroniza diversos comportamentos e de certa forma justifica o que meninos e meninas podem ou não fazer na infância, adolescência e na vida adulta.

Esses padrões comportamentais não eram debatidos no ambiente escolar, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica (PCNs, 1998), os movimentos feministas e mudanças comportamentais de jovens dos anos 60 contribuíram para a inclusão do tema, que por sua vez surgiu somente a partir da década de 70 nas escolas de ensino fundamental e médio.

A inclusão tinha como objetivo propiciar pensar em relações de gênero, trazendo-o como tema para a escola, justamente para provocar reflexões entre meninas e meninos em processo educativo, em que os mesmos pudessem compreender que essas relações se deram historicamente de forma desigual e continuam havendo desigualdade entre homens e mulheres, mas que por ser uma construção social e cultural essas relações podem ser modificadas e não mais naturalizadas.

Gênero e Educação Escolar um Debate Necessário

As desigualdades entre os sexos aparecem na escola assim como estão presentes na sociedade. A escola desde que se constitui como instituição rege as relações de gênero, muitas vezes não explicitamente, por exemplo, antigamente o acesso à escola era negado às mulheres que acabavam internalizando ou naturalizando que a escola e o conhecimento

eram apenas acessíveis para o sexo masculino. Isso se dava através de uma concepção social na qual as mulheres estavam em uma condição inferior ao dos homens, outro exemplo, está no fato de nos referirmos à humanidade usando o termo “homens”, isso de certa forma, acaba evidenciando essa hierarquia entre os sexos, ou seja, ao não debater - proporcionando reflexão aos discentes - a escola se torna um espaço onde os comportamentos em relação ao gênero são reproduzidos e/ou reforçados de forma indireta.

Sendo a educação um valor central, é fundamental refletir sobre o tipo de escola desejamos criar. Podemos constatar que a escola é parte de uma sociedade em que a extremas desigualdades de gênero, portanto se não defendermos uma proposta pedagógica de intervenção nessas questões ela somente reproduzirá injustiças, violências, discriminações, exclusões e marginalizações. (LINS *et al.*, 2016, p. 98).

O cotidiano e as práticas escolares não podem ser analisados sem levarmos em conta as interações conflituosas que elas mantêm a cada período de sua história. É nessa perspectiva que podemos examinar a introdução do gênero nas políticas e práticas educativas. Ao analisarmos algumas legislações específicas como Plano Nacional de Educação (BRASIL, 1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 1996) com o objetivo de verificar como esse tema se apresenta no currículo escolar, observamos que, cada legislação traz as relações de gênero de uma forma muito parecida e simplista.

Nos PCNs (1998), verificamos que o tema relações de gênero está inserido nos Temas Transversais, que por sua vez está dividido em cinco temáticas: Ética; Pluralidade Cultural; Meio Ambiente; Temas Locais e Orientação Sexual. Essa última encontra-se subdividida em três eixos: Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. Reforçando no segundo eixo que “a discussão sobre gênero propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis” (BRASIL, 1997, p. 28).

Observamos que o gênero aparece timidamente nas legislações que norteiam o currículo escolar, em sumas palavras, entendemos que os discentes independentes de sua etnia ou sexo, no ambiente escolar devem ser tratados igualmente e receber as mesmas oportunidades. Seguindo essa perspectiva, parece que a escola se torna um ambiente “neutro”, pois ao não discutir diretamente sobre relações de gênero acaba naturalizando e reproduzindo as desigualdades entre meninos e meninas.

Daniela Auad, professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e autora do livro "Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola" (2006), afirma que um passo fundamental é fazer com que todos os envolvidos percebam as desigualdades presentes no ambiente escolar, e não mais as vejam como algo natural.

[...] ao fazer isso, aproxima-se mundos e mistura habilidades. As desigualdades são aprendidas fora dali, mas a escola é um espaço de reprodução. Tanto meninas quanto meninos têm total condição de adquirir conhecimentos, isso é uma questão da nossa humanidade (AUAD, 2006, p. 90).

Entendemos que a escola é um espaço propício para debater e discutir os mais variados temas que interferem, sobretudo, nas relações interpessoais,

[...] portanto, não se trata de “saber conviver”, mas ter clareza que a humanidade se organiza e se estrutura na e pela diferença. Se tivermos essa premissa clara, talvez possamos inverter a lógica: não se trata de identificar o estranho como o diferente, mas de pensar que estranho é ser

igual e quanta violência é cometida para se produzir o hegemônico transfigurado em igualdade natural (BENTO, 2008, pp. 131- 132).

Nesse sentido, para que a prática docente contribua na construção de uma sociedade mais igualitária, se faz necessário que gênero seja debatido no ambiente escolar de forma que possa desconstruir essa ideia de supremacia masculina que vivemos há séculos. Fica claro que no ambiente escolar os docentes precisam receber capacitação que possibilite exercitarem um olhar para as desigualdades de gênero que estão presentes nos discursos midiáticos e religiosos, nas imagens que aparecem em alguns livros didáticos, na forma como as mulheres são retratadas nas propagandas, até mesmo as normas gramaticais que são masculinas, onde o coletivo aparece no masculino e as meninas acabam sendo invisíveis, crescem e acostumam-se com isso, dar destaque a essas pequenas coisas auxiliam na desconstrução nas quais estamos acostumados a conviver e que reforçam essa hierarquia.

Quando discutimos as desigualdades de gênero, é essencial fazer reflexões e análises dos processos sociais mais amplos que discriminam sujeitos em função de seu sexo. Louro *et al.* (2007) chamam a atenção para a forma com que os educadores encaram a discussão do tema, pois muitos acreditam que se deixar de tratar desse problema, o mesmo ficará fora do ambiente escolar. Pensando dessa forma a escola não só reproduzirá as concepções de gênero que circulam na sociedade, como também ela própria acabará produzindo-as.

Marília Pinto de Carvalho, professora e membro do Grupo de Estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual (Edges) da USP, em entrevista concebida ao site de entretenimento UOL, no ano de 2016 após as polêmicas geradas na aprovação do PNE enfatiza:

[...] deixar de tratar as questões de gênero é permitir que as mulheres continuem sendo educadas a assumir uma posição subalterna, destinada ao lar, aos filhos ou à marginalização social. É permitir que os homens sejam educados para exacerbação da virilidade, mesmo que isto induza à violência escolar. Nasce aí toda sorte de discriminações que, por vezes, levam a situações de agressão e morte, ao suicídio e ao isolamento social. [...] mulheres têm sua independência sistematicamente tutelada e reduzida a algo inferior à liberdade masculina [...].

Quando falamos de gênero, estamos falando de uma produção de conhecimentos científicos e a escola é uma instituição da sociedade na qual está relacionada à produção de conhecimentos científicos, portanto, se gênero é um conceito criado com o objetivo de discutir como se constrói historicamente e socialmente o que é masculino e feminino, qual é o problema de discutir gênero dentro da escola? Entendemos que gênero pode ser mais uma maneira de compreendermos o mundo, principalmente por que gênero é entendido como a forma que a sociedade estabelece as relações entre masculinidade e feminilidade, mas podemos pensar para, além disso, não é apenas a relação entre o feminino e o masculino, existem várias hierarquias entre feminilidade e hierarquias entre masculinidade.

A sociedade constantemente rotula e força seus indivíduos a se encaixar em um determinado modelo, às vezes de feminilidade ou masculinidade, dependendo de como nosso corpo é visto na sociedade. Mas não é qualquer tipo de mulher ou qualquer tipo de homem, existem modelos que são mais valorizados e isso também está presente na escola. O que a escola pode propor nessa discussão é que os docentes debatam gênero de outra maneira, desconstruindo padrões, mostrando as crianças e adolescentes que existem diversas formas de ser mulher, muitas possibilidades de ser homem e não necessariamente uma possibilidade onde a mulher deve ser recatada e do lar e o homem uma pessoa forte que não chora. O papel da escola no que diz respeito a gênero, é não deixar que essas diferenças entre feminino e masculino sejam transformados em desigualdade entre as pessoas.

Gonçalves (2006) dá ênfase ao fato da escola não ser responsável por produzir diretamente padrões comportamentais, preconceituosos e estereotipados, mas sem a discussão e reflexão acerca da temática podemos internalizá-las como naturais, ou seja,

[...] a educação comprometida com a igualdade social e inclusão pode vir a ser um caminho privilegiado para a emancipação, por esse motivo, profissionais da educação tem um lugar privilegiado de mudança social quando engajados na transformação de preconceitos e discriminações. São eles que nos educam nas mais diversas formas de conhecimento com letras, palavras, números, histórias, afetos e valores. (LINS et al., 2016, p. 98).

Dessa forma entendemos que a escola é reflexo da sociedade, todavia, é o espaço político ideal para promover a autonomia e emancipação dos sujeitos, sempre partindo da premissa do respeito ao próximo. Reconhecendo que as pessoas são diferentes, que elas têm orientações sexuais diferentes, etnias, sexo, condições econômicas, mas que essas diferenças não podem gerar desigualdades, violência ou preconceito.

Considerações Finais

Compreendemos que gênero está presente em todas as relações sociais e tendo em vista a história das relações de poder entre homens e mulheres, não podemos esquecer que a escola é um importante espaço de construção e reconstrução dessas relações, podendo influenciar e fortalecer essas desigualdades, mas também tem a capacidade de desconstruir esse discurso retrógrado e alienante sobre a hierarquia entre os sexos.

Consideramos as reflexões sobre a reprodução desses papéis de suma importância principalmente durante o processo ensino aprendizagem. Entendemos que ao abordar esse assunto no ambiente escolar possibilita ampliar o olhar dos jovens estudantes em relação aos padrões pré- estabelecidos e ao sexismo presente na sociedade que cotidianamente são naturalizados.

Ao analisarmos brevemente os documentos educacionais concluímos que apesar de apresentar o tema de forma superficial e simplista, os mesmos procuram de certa forma reverter o modelo dominante de masculinidade.

Nessa perspectiva tratar desse assunto que passa quase despercebido nas legislações que regem o currículo escolar, contribui para a visibilidade do mesmo e possibilita provocar os diferentes sujeitos a perceber, questionar e interpretar as relações de desigualdade existentes no ambiente escolar e na sociedade viabilizando o exercício da cidadania, afinal, ser menina ou menino não se restringe a características simplistas impostas pela nossa cultura.

Referências

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo; Brasiliense, 2008.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 23 fev. 2016.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf> >. Acesso em: 23 fev. 2016.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais:** pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf> >. Acesso em: 23 de fev. de 2016.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LINS, Accioly Beatriz, MACHADO Fonseca Bernardo, ESCOURA Michele. **Diferentes, não desiguais:** a questão de gênero na escola. 1ª ed. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. 3ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VIANA, Cláudia; RIDENTI, Sandra. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, Júlio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1998.